



A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Autor (1); Maria Roseane Galvão da Silva (1); Co-autor (2); Gessiane Aline Bezerra e Silva Co-autor (3); Thamiris Maysa Silva Matias Orientador (4) Profa. Dra. Allene Lage

Universidade Federal de Pernambuco UFPE – CAA

Anny.galvao21@gmail.com

Gessyline777@gmail.com

Maysathamiris2@gmail.com

A universidade através dos estudos sobre movimentos sociais e organizações afins, possibilita um olhar mais amplo no que se refere à educação como uma prática que se estabelece em diversas instâncias da sociedade, isto é, a educação não se desenvolve única e exclusivamente no espaço escolar, mas também em movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como em projetos e programas estabelecidos entre a parceria do governo com os municípios.

Partindo da concepção de que estamos em constante processo de aprendizagem, como seres que através de uma relação recíproca ensinam e aprendem num movimento contínuo, pretendemos fazer uma reflexão sobre o movimento social do campo, absorvendo seus ensinamentos que transcendem a ideia do senso comum de luta pela terra como também luta pela liberdade. Essa relação de Educação e Luta nos proporciona incríveis aprendizagens dentro dos movimentos sociais do campo. Especificamente o MST.

Neste cenário de luta, muitas iniciativas têm surgido em relação à educação do campo, uma educação específica para o campo, que vai de acordo com as especificidades do mesmo, levando em consideração seu calendário agrícola, sua cultura e tradições. A partir dessa compreensão inicial, voltamos nosso olhar de modo mais aprofundado a esses sujeitos, sob a perspectiva de Paulo Freire no que se refere ao MST a educação deve ser pensada a partir da realidade dos trabalhadores e trabalhadores rurais Sem Terra. Sendo assim um ponto privilegiado de nosso trabalho, observar quais foram as conquistas dessa luta tão antiga, além descobrir qual delas esta em vigor no movimento.

Em face a isto este trabalho pretende oferecer reflexões para a seguinte pergunta: - Como a proposta de educação do campo se expressa dentro dos movimentos sociais do campo? Tendo como campo empírico o Movimento Sem Terra (MST) (Normandia – Caruaru – PE). Sendo assim nosso objetivo, estudar o modo como a educação do campo se expressa dentro dos movimentos sociais do campo. Descrevendo o cenário histórico dos movimentos sociais do campo. Identificando os



princípios políticos pedagógicos da educação do campo e mapeando as principais práticas educativas utilizadas pelos movimentos sociais do campo.

A base do pensamento teórico deste trabalho é ARROYO (2004 e 2014), Secad/MEC (2007) CALDART (2014), LAGE (2007), CURY (2008), SAVIANI (2010), LIBANEO (2003) DIDONET (2006). BATISTA e ODELIUS (1999). SANTOS (2001). LEITE (1999). LDB (1996). HORN (2004) BEZERRA (1999) CHAVES (2011). Mediante a perspectiva destes autores buscaremos ampliar nosso olhar quanto às lutas e conquistas do movimento social do campo, e no que se refere educação tentaremos compreender como a educação é direcionada ao campo e como vem sendo desenvolvida, além de observar o que ela proporciona aos integrantes da Normandia quanto à inserção na cidadania, considerando neste processo as relações Inter geracionais. Lançaremos nosso olhar, também, para as contribuições que esta educação proporciona na perspectiva de motivar os alunos a valorização do ambiente campesino.

1. METODOLOGIA

Considerando o processo e a ação-reflexão na ampliação dos conhecimentos através dos nossos resultados, utilizaremos a pesquisa qualitativa, pois neste tipo de pesquisa pode-se por em prática novos caminhos analíticos construídos a partir do dialogo no processo criativo que existe nesse tipo de pesquisa. “*Do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador ‘colocar-se no papel do outro’, vendo o mundo pela visão dos pesquisados*”. (GODOY, 1995, p.61)

Ou seja, de acordo com Lage 2013 a pesquisa qualitativa leva o investigador ao encontro de subjetividades que afloram fora das regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade, buscando aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação com a criatividade, optamos por uma pesquisa mais qualitativa, de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais deste estudo.

Nosso trabalho de pesquisa será do tipo *explicativo*, pois terá a preocupação central de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos que afetam, de forma positiva ou negativa, os processos de luta e resistência do movimento social do campo e as possibilidades de transformação social a partir de suas ações e de seus processos pedagógicos. Essa pesquisa de acordo com Gil 2008 tem como característica central “*identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento*



da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. (GIL, 2008, p. 27)

Também utilizaremos a observação participante, que por um período de tempo, o pesquisador coleta os dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda, observa as pessoas para ver como se comportam, conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações.

Está no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite, essencialmente, ao pesquisador (a) entrar em contato com a realidade, que está à mão numa imensa variedade de possibilidades de interações, articulações e contradições (LAGE, 2013, p. 59).

Para além dos encontros, a pesquisa de campo contemplará uma vasta consulta bibliográfica e documental em bibliotecas locais, acervos particulares do MST, sites da Internet e outras formas de registro e memória. Assim buscamos ampliar nossas reflexões através dos estudos que tratam da Educação nos movimentos sociais, da situação em que a mesma se encontra na contemporaneidade, da emancipação do MST e demais questões ligadas aos movimentos sociais do campo que possam ser relevantes para a pesquisa.

A nossa pesquisa está delimitada ao estudo do Movimento Social do Campo, tendo como campo empírico o MST de Caruaru (Normandia), este movimento nasceu em 1993 e está localizado a 12 quilômetros da cidade de Caruaru na Região do Agreste de Pernambuco. Tem-se acesso a ele pela rodovia BR-104, saindo de Caruaru em direção a Campina Grande-PB. A escolha desta experiência se deu em primeiro lugar pela trajetória de luta e dos projetos educativos e em segundo lugar pelo tempo da vida destas. Neste sentido a principal característica que nos levou a escolher esta experiência foi a curiosidade de conhecer as conquistas das lutas deste movimento. Pois O MST tem uma preocupação muito grande com o ser humano e vem transformando os ditos pela sociedade como esfarrapados, coitados, desocupados do mundo em lutadores (as) do povo. Essa é uma transformação que se configura no verdadeiro sentido da vida.

Resultado e Discursão de dados

Para fins do exercício de aproximação desta técnica e da riqueza do trabalho de campo, os dados serão analisados a partir das categorias, refletidas nos seguintes itens.

5.1. Categoria 1: Cenário histórico e identidade dos militantes



CHAVES (2011) e CALDART (2000) vem nos trazer um pouco da questão histórica e da identidade do sujeito do campo, pois Chaves diz que “os movimentos sociais participam dos movimentos da história, influenciando-os e sendo influenciado por tais acontecimentos, dito de outra forma, os movimentos sociais determinam e são determinados pelos acontecimentos históricos.” (CHAVES, 2011) e isto fica evidente na fala da Coordenadora geral da Educação da Normandia (Rubneuzza), quando a mesma traz toda a bagagem histórica do MST, sua fundação e luta. Não se pode adentrar aos movimentos sociais, sejam eles do campo ou não, sem antes se debruçar em sua historicidade. Percebe-se que a história é imprescindível para entender o movimento, e que durante as formações é sempre retomado com ponta e caminho para se prosseguir lutando, assim como Chaves, Rubneuzza coloca a história como marco inicial.

Para falar dos movimentos sociais do campo, começaremos com a história do Brasil final da década de 70 para os dias atuais, com os Movimentos que ressurgem a parti da luta da terra depois de 20 anos. Esse período se divide em três 1500 a 1850 chamamos de luta de resistência de raça, resistência indígena (terra) e resistência negra, (liberdade) foram os marcos de uma defesa de território e defesa por liberdade. Em 1850 a lei de terra é feita no Brasil, já em eminência da libertação do escravo, começa a haver um protecionismo do latifúndio para a libertação dos escravos, se até 1500 a terra era livre e o homem era escravo, o processo vai ser inverso escravizar a terra e dar a liberdade ao ser humano. Em 1850, a lei vai dizer que quem quiser a terra, a terra era concessão da coroa aos seus amigos e as seis marias base do latifúndio, as capitâneas grandes extensões de terra para um só donatário, o donatário redistribui essas terras para os sesmeiros, com essa lei compraria do império quem quisesse a terra. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, Diário de campo, 10 de julho de 2015)

Com relação a identidade dos militantes, observa-se na citação de Caldart, (2001) que ser Sem Terra é algo mais do que fazer ocupação de Terra, segundo ela:

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria *crianças Sem Terra*, ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, que se constitui como *cultura*, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam. (CALDART, 2001)

Diante disso, em uma das reuniões do MST que tivemos a oportunidade de participar (organização para o II ENERA), Rubneuzza enfatiza a importância do sujeito dentro dos movimentos sociais, não



só como um agente, mas como um estudioso ou estudiosa, capaz de pensar e ir à busca de mais conhecimento

Não é porque somos de um movimento social que fazemos qualquer coisa, mas é isso que muitos pensam. A gente não só estuda para saber o que estamos fazendo, como aquilo que a gente domina, fazemos o melhor possível para podermos entender e debater. Então eles devem nos respeitar pois não somos moleques que faz qualquer espontaneista não, nós temos intencionalidade. Sabemos o que estamos fazendo e é por isso somos referência para o Brasil e para o mundo no campo da Educação. E quem fala isso não é o movimento, são os acadêmicos renomados, que estão vendo que o que tem de Novo na educação brasileira vem dos movimentos Sociais. Hoje estamos com Saviani que é um dos maiores intelectuais do país, respeitado por todos, até os que não são de sua área de estudo. Ele percebeu que a educação dos movimentos sociais tem elementos para além das classes sociais e que diz respeito a uma totalidade da classe trabalhadora. Saviani, Frigoto, Savana, Paluto, Taffarel, todos esses são os melhores intelectuais do nosso país e podem pegar quaisquer textos deles dos últimos anos que vão ver lá como ponto de referência os movimentos sociais e conseguimos esse reconhecimento queimando nossas pestanas para entender o que foi que aconteceu com a educação popular e brasileira, para assim construir uma proposta de educação que antecede a população. Qualquer intelectual desses sabem que o que tem de elaboração hoje mais consistente vem dos movimentos sociais, sendo um deles o MST. Fomos nós que enunciamos esse processo que estamos tratando agora no ENERA e isso podemos observar na reunião que teve sobre o ENERA onde falaram que se pretendem articular a força do ENERA com as forças do campo para fazer uma política de educação do campo. Também percebemos que nesse período nós articulamos as forças do campo para fazer uma luta pela educação do campo, nós agora vamos juntar forças dos trabalhadores com um todo campo e cidade para fazer frente a uma educação pública e de qualidade. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, Diário de campo, 03 de julho de 2015)

Observa-se que para os militantes, o MST é mais que uma organização transformadora, “*é uma crença na Reforma agrária como na transformação da sociedade, referencia para todos os lutadores do nosso país, acredita porque a única maneira de buscar a liberdade é a luta*”. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, Diário de campo, 10 de julho de 2015)

5.2. Categoria 2: Utopia de luta; princípios políticos pedagógicos

Um dos traços fundamentais que vem desenhado a identidade do movimento social do campo é a luta desse povo por políticas publicas que garantam o seu direito à educação de qualidade, voltada para as pessoas do campo, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigência em seu artigo estabelece que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural

Mas podemos observar que determinada lei não estar em vigor concretamente no campo em que estávamos observando e podermos perceber isso na fala da professora do assentamento. *“não, no calendário de acordo com a vivencia do MST, não. Nós seguimos o calendário da secretaria de Educação de Caruaru, porque é ela que regi as escolas”* (Prof. do Assentamento Normandia, Diário de campo 24 de abril de 2015).

Além da luta pela reforma agrária, encontramos também no movimento sem terra a luta por uma educação do campo, que se volte aos filhos dos assentados. Caldart (2004) vem falar sobre uma educação do e no campo. *“No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada á sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.”* (CALDART, 2004, p. 149)

Através do nosso trabalho de pesquisa, compreendemos que nos dias de hoje uma das principais lutas do movimento é formar professores que possuam um maior entendimento sobre a militância e assim possa transformar a educação dos assentados. A politica social tem um viés urbano que faz com que a educação chegue no campo atravessada, com professores despreparados, metodologias e currículos incompatíveis com aquela realidade. Mais podemos ver que o movimento estudado tenta sanar essa deficiência em relação a preocupação nas formações de profissionais para lidar com essa realidade.

No certo a formação acadêmica, ela não nos permite dar esse arcabouço na sua totalidade, na formação geral, ela passa muito limitada no que ele se propõe, aí quando um professor vai para sala de aula e se depara com uma realidade dessa, ele se perde. Porque ele não domina o debate do eixo temático, quando tem um professor com uma vida totalmente urbana, que não esta inserido nos movimentos sociais ele nunca vai saber debater com um aluno o que é questão agrária. Por isso que a gente entende que a formação é de extrema importância para que eles possam está atuando nas turmas. (Coordenadora do PROJOVEM CAMP, Diário de campo, 18 de junho de 2015)

Hoje em dia muito ainda veem o sujeito do campo como alguém atrasado, rude, além de ver a luta do movimento como algo de rebeldes, desocupados, serviço de pessoas desonestas e preguiçosas. Essa ideia estereotipada surge a partir do silenciamento da luta feito pela classe dominante, ou pela



mídia que seleciona o ponto de vista que ela quer que os outros veem, não dando a oportunidade de se enxergar os vários lados da história. Arroyo (2004) vem nos instigar a pensar na representação do sujeito do campo, ele nos explica que “*o movimento social do campo representa uma nova consciência de direitos, á terra, ao trabalho, á igualdade, ao conhecimento, á cultura, a saúde e á educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem sujeitos de direitos*”. (ARROYO, 2004, p.22) A coordenadora geral de educação da Normandia também traz uma reflexão durante a reunião assistida, traz uma explicação da visão das pessoas acerca do movimento.

Não é porque somos de um movimento social que fazemos qualquer coisa, mas é isso que muitos pensam. A gente não só estuda para saber o que estamos fazendo, como aquilo que a gente domina, fazemos o melhor possível para podermos entender e debater. Então eles devem nos respeitar pois não somos moleques que faz qualquer espontaneista não, nós temos intencionalidade. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, Diário de campo, 03 de julho de 2015)

Com isso, é possível perceber que a luta do movimento social do campo, vai além da luta pela terra, ou a luta pela educação, eles lutam também por reconhecimento.

5.3. Categoria 3: Educação no movimento social; principais praticas educativas

O professor no assentamento tem em mãos a oportunidade de desenvolver processos educativos problematiza dores, pois os alunos dos assentamentos têm uma riqueza de experiências em relação as participações das lutas sociais vividas pelos sujeitos. O aprendizado politico é muito importante para o desenvolvimento do raciocínio critico-reflexivo das crianças/jovens/adultos ainda não alfabetizados, mas que são educados politicamente. Ao criarem projetos relacionados a essas vivencias ou valorizando a realidade em que o sujeito se encontra, o professor esta proporcionado a ampliação do conhecimento dos alunos, além de esta elaborando novas estratégias educativas, fugindo da forma engessada de educação construída desde os tempos antigos que vigora ate hoje.

[...] é fundamental destacar que existe professores que buscam uma pratica pedagógica diferenciada, de modo a articular os conteúdos escolares com assuntos ou experiências do cotidiano dos alunos. Embora nem sempre os professores conhecem a realidade do campo no Brasil, é necessário registrar que se esforçam para que o ensino tenha sentido sociocultural para os povos do campo. (SOUZA, 2008. p. 11)

Desta forma, podemos perceber que a professora do assentamento Normandia, embora não seja



militante tenta estar engajada com a crença nos ideais do movimento, pois outro fator determinante para a educação é a luta pela existência de uma escola prática. Que faça relação entre ensino e meio. A professora do assentamento criou um projeto no qual aproxima o aluno do campo para o campo. *“Este projeto prioriza ao aluno começar desde cedo firmando suas raízes no campo, instigando-o a conhecer suas raízes, suas histórias, como uma pessoa do campo, crescendo dentro do seu espaço consciente de suas qualidades e benefícios”*. (Prof. do Assentamento, Diário de campo, 28-05-2015). Ou seja, a escola deve ensinar a ler, escrever, contar, mas não deve esquecer de ensinar utilizando-se da realidade do assentamento e de toda a sociedade. Pois Arroyo (2004) mostra que

A imagem que sempre temos na academia, na política, nos governos é que para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras. [...] em nossas histórias domina a imagem de que a escola no campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler. (ARROYO, 2004, p. 71)

Os alunos do campo têm por direito uma educação básica, na qual as crianças, homens e mulheres, tenham o direito ao conhecimento e a sua cultura, o movimento social vai avançando na medida em que seus direitos vão sendo reconhecidos e supridos pelo estado e pela sociedade.

desde que era acampamento tinha uma professora, que ela ensinava aos adultos, antes de construir a escola, a professora foi ensinar na igreja, a professora foi ensinar no centro de formação no casarão, depois um assentado deu a casa pra ser escola também, até quando veio o projeto e foi construído a escola, ao nome da escola é escola Jose severino de amorim, que é um nome de um assentado que morreu. (Assentada da Normandia, Diário de campo, 09 de julho e 2015)

A escola do campo oferece uma infinidade de possibilidades curriculares. Numa aproximação com a realidade escolar, observando os aspectos da rotina da escola, constata-se a presença de pessoas da comunidade no ambiente escolar, além do fato de que muitos funcionários são moradores do próprio assentamento. É algo que aproxima professores que são de outras localidades.

É possível ver avanços na medida em que vai sendo corada a realização de projetos, pois muitas vezes quando as vozes das pessoas do campo cobram o que é seu por direito, ela acaba sendo silenciada de alguma forma, por isso muitas vezes é necessário que aconteça protestos para que a voz seja ouvida. Assim como podemos observar na sequência quando a coordenadora da educação da Normandia mostra qual foi o peso da educação com a educação do movimento social do campo.

o que é que vai configurar, nessa retomada pela a terra, resistência de raça, luta pela a terra, e a Reforma Agrária o elemento que aparece são os sujeitos sendo condutor da sua própria luta, ai estar o peso da educação, tanto a educação popular como a teologia da libertação, a ênfase se dar no sujeito é a formação do sujeito



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

para ter conhecimento de sua luta e assumir coletivamente essas lutas, aí a educação não formal vai ter um peso importante vias as pastorais, via as comunidades eclesiais de bases, e vias os cursos, oferecidos pelos sindicatos que era a formação política, então os sujeitos iriam conduzir seu no primeiro momento a luta pela a terra assumida pelos próprios sujeitos, não vai ser mais os partidos, e nem vai ser mais lideranças, a gente vai chamar as formações a importância da educação formal. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, Diário de campo, 10-07-2015)

O esforço feito pelo MST para incluir a escola em sua dinâmica, vem trazendo historicamente algumas implicações importantes como o reforço à luta da classe trabalhadora pela escola pública, e a produção da cultura do direito à escola no e do campo, e também de uma escola que construa sua pedagogia vinculada a um movimento pedagógico mais amplo. Reconhecendo-se como lugar de formação humana, e de uma formação humana ética e politicamente comprometida com a produção dos sujeitos capazes de fazer as transformações sociais, que cada vez mais apareciam como necessárias para a própria restituição da dignidade humana. Assim como Arroyo novamente nos afirma

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART, 2003, p.66)

Podemos ver essa afirmação em construção na seguinte fala da coordenadora geral da educação da Normandia

Estamos fazendo história, pois estamos construindo pela primeira vez um programa articulando com a educação básica que pega dos anos iniciais ao médio, então a capacidade da gente de sistematizar as experiências que estamos vivendo, seja no ponto de vista metodológico de como e que a gente está organizando isso, essas áreas e esses eixos, como ponto de vista pedagógico e do processo como um todo. É fundamental para podermos construir esse programa e ser referência para ser registrado como uma política que possa servir para posterioridade. (Coordenadora Geral do Setor de Educação do MST da Normandia, 03 de julho de 2015)

A educação para o movimento atua como um mecanismo primordial, buscando suprir os deveres educacionais do assentamento, através de uma luta por uma educação necessária que elimine o analfabetismo do assentamento entre crianças, jovens e adultos.



6. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Retomando a pergunta inicial que provocou esta pesquisa: Como a proposta de educação do campo se expressa dentro dos movimentos sociais do campo? Nossas conclusões apontam que conforme o caso estudado, com relação aos objetivos:

O **cenário histórico dos movimentos sociais do campo** nos mostra que foi um processo que se iniciou desde a “pré-história”, em que a dependência do humano com a natureza esta relacionada à sua sobrevivência. Com a chegada da família real, a coroa fez sua distribuição de terras de forma desigual, causando assim vários conflitos entre as classes, iniciando assim uma luta por direitos iguais em relação as terras, como elas deveriam ser ocupadas e por quem. Em seguida surgiram as ligas camponesas, e os movimentos sociais do campo, abrindo espaço, para mais tarde a criação do movimento do trabalhadores Sem Terra (MST), movimento este que teve sua firmação na luta pela reforma agraria e politica, e com o crescimento sentiu a necessidade de fazer uma ideologia para a educação, uma educação voltada para o campo e para a luta, onde o sujeito militante se identifiquem como sujeitos transformadores da sociedade, e assumisse sua luta e fosse em busca dos seus direitos. A partir disso, o movimento criou seus princípios com base em uma politica transformadora.

Observa-se que os **princípios políticos pedagógicos** da educação do campo são vários, como a luta por uma educação do e no campo, a luta por uma formação de professores que passam transmitir os princípios políticos do movimento, que saibam articular o conteúdo didático com militância a luta por uma escola voltada a vivencia das pessoas do campo.

As principais **práticas educativas** utilizadas pelos movimentos sociais do campo na Normandia são os cursos conhecido como Pé no chão, que esta ligada ao setor de formação e produção, mas já existe um interesse de reconhecimento junto a secretaria de educação, tem como participantes alunos com diversos graus de escolaridade e diversas idades e é dividido em etapas, para discutir a produção, o sistema econômico e a cidadania. Outra experiência similar a anterior citada e a do Saberes da Terra, com duração de 30 dias e a escola do Assentamento que tem 9 alunos de famílias que moram no assentamento. Nesta escola podemos observar o interesse e a força de vontade da professora em incentivar as crianças a gostarem do campo, a lutarem por seus direitos e de conhecer suas realidades.

A proposta de educação do campo se expressa dentro dos movimentos sociais do campo de forma ativa, a comunidade juntamente com professores, coordenadores e alunos mantem uma



resistência de luta que não cessa. No entanto ao olhar para a educação desenvolvida no movimento social do campo podemos perceber que ela contribuiu não somente para a educação das pessoas que vivem no campo, mais para todas os que perpassam este movimento.

A experiência do campo na área de programas sociais proporcionou aprendizagens significativas no que se refere à formação humana, principalmente considerando a perspectiva de que somos seres inconclusos, portanto, em constante processo de aprendizagem. A educação no movimento social do campo, possui características singulares, próprias ricas em cultura e respeito as diferenças, de fato, são pessoas que estão voltadas pelo lado dito “tradicional”, mas que conseguem engajar o novo em suas perspectivas, tudo pensando no melhor para seus filhos. Mediante esse olhar, podemos caminhar para a ruptura dos estereótipos sobre as pessoas do campo, ou mesmo sobre o movimento sem terra e entender que eles devem exercer à cidadania plenamente. Mas esse aspecto não os fazem regredir, a cada dia o movimento consegue abarcar novos teóricos em suas causas, conquistando o povo e quebrando a ideia estereotipada vigente, é claro que o processo é lento, assim como podemos observar ele é histórico, mas é resistente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: Por uma educação do campo. ARROYO, M. G.; CALDART, R. e MOLINA, M.C. Educação do Campo. Petrópolis: vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola e o movimento social: relativizando a escola. Revista Ande. 1987.

BATISTA, A, S. ODELIUS, C.C. Infraestrutura das escolas e burnout nos professores (p. 324 – 332) e Infraestrutura das escolas públicas (p. 161 – 173). In: Educação; carinho e trabalho. Petrópolis – Brasília: Vozes – CNTE, UnB, 1999, v1,

BEZERRA NETO. Luiz. Sem Terra Aprende e ensina: estudos sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores. Campinas: Autores Associados. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, dezembro de 2001.

BRASIL. Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. 2006.



disponível em www.mec.gov.br.

BRASIL/Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Diretrizes operacionais para a educação básica nas Escolas do Campo. Brasília, dez. /2001.

CALDART, R. S.: O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Roseli Salete Caldart - Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016

CALDART, Roseli Salete (Org.). A Educação do Campo, identidade e políticas públicas. Brasília: Movimento Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. In: Por uma educação do campo.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. e MOLINA, M.C. Educação do Campo. Petrópolis: vozes, 2004.

CHAVES, Rodolfo de Jesus. Contribuições dos Movimentos Sociais na Democratização do Acesso á Educação: A luta do MST em São Paulo pela escolarização. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERNANDES, B. F. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M.C. Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a construção do espaço na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAGE, Allene Carvalho. Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: 2005.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação: políticas, estrutura e organização / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – São Paulo: Cortez, 2003.

MEC. GTP. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de Subsídios. Brasília, 200 Políticas Públicas”, Faxinal do Céu, Paraná, março de 2004a.

SECAD/MEC: Educação do Campo – SECAD/MEC – www.mec.gov.br/secad.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO (orgs), José Madureira. Metodologia das Ciências Sociais. 11ª edição. p:101-128. Porto: Afrontamento, 2001.